

CRISE DO CAPITAL, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO: reflexões e desafios após o desastre socioambiental em Juiz de Fora-MG

GUILHERME GORETTI RODRIGUES¹

<https://orcid.org/0000-0001-7607-969X>
guilhermegoretti.geografia@gmail.com

PILAR SILVEIRA MATTOS²

<https://orcid.org/0000-0002-3100-8414>
profapilarmattos@gmail.com

FABIANA RODRIGUES GARBELINI DE ALMEIDA³

<https://orcid.org/0000-0002-2967-6704>
fahistojf@yahoo.com.br

Resumo

O dia 24 de fevereiro de 2026 marcou profundamente a história do município de Juiz de Fora, localizado na região da Zona da Mata Mineira, no Estado de Minas Gerais. Os índices pluviométricos em níveis excepcionais desencadearam e contribuíram para os processos de deslizamento de terras, afetando moradias, infraestrutura e, principalmente, a morte de dezenas de pessoas, além das centenas de famílias desalojadas ou desabrigadas. Contudo, isto não deve ser entendido como um fato isolado ou fatalismo, mas resultado direto das mudanças climáticas e ambientais, inerentes à crise do modo de produção capitalista, cujo processo de acumulação e expansão, tem atingido e colocado em risco as parcelas mais vulneráveis da sociedade. Desse modo, a educação torna-se um campo fundamental de disputa pela memória permanente do desastre socioambiental, refletindo-a criticamente no sentido da transformação da realidade, sobretudo frente às desigualdades socioespaciais do espaço urbano e o colapso ambiental. Assim, o objetivo desse artigo é refletir, no contexto de Juiz de Fora, quais os atravessamentos da crise do capital no espaço escolar, os desafios para o processo educativo, bem como a importância de disputar a memória individual e coletiva de múltiplos sujeitos.

Palavras-chave: Crise do capital. Memória. Educação. Escola.

CRISIS DE CAPITAL, MEMORIA Y EDUCACIÓN: reflexiones y nuevos comienzos tras el desastre socioambiental en Juiz de Fora-MG

Resumen:

El 24 de febrero de 2026 marcó profundamente la historia del municipio de Juiz de Fora, ubicado en la región de Zona da Mata del estado de Minas Gerais. Las lluvias torrenciales provocaron deslizamientos de tierra que afectaron viviendas, infraestructura y, sobre todo,

¹ Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG). Doutor em Educação pela UFRRJ. Atua como coordenador pedagógico na Escola Municipal Professor Oscar Schmidt e é professor de Geografia na Escola Municipal Antônio Faustino da Silva.

² Prefeitura Municipal de Comendador Levy Gasparian (RJ). Doutorando em Educação pela UFJF. Atua como professora de Língua Portuguesa nos anos finais dos Ensino Fundamental.

³ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Educação pela UFJF. Professora adjunta EBTT do Colégio de Aplicação João XXIII / UFJF.

causaron la muerte de decenas de personas, además de cientos de familias desplazadas o sin hogar. Sin embargo, esto no debe entenderse como un hecho aislado ni como un fatalismo, sino como una consecuencia directa de los cambios climáticos y ambientales inherentes a la crisis del modo de producción capitalista, cuyo proceso de acumulación y expansión ha afectado y puesto en peligro a los sectores más vulnerables de la sociedad. Por lo tanto, la educación se convierte en un campo fundamental de lucha por la memoria permanente de este desastre socioambiental, reflexionando críticamente sobre él para transformar la realidad, especialmente ante las desigualdades socioespaciales en las zonas urbanas y el colapso ambiental. Así pues, el objetivo de este artículo es reflexionar, en el contexto de Juiz de Fora, sobre los impactos de la crisis de capital en el entorno escolar, los retos para el proceso educativo, así como la importancia de cuestionar la memoria individual y colectiva de múltiples sujetos.

Palabras-clave: crisis de capital. Memoria. Educación. Escuela.

1. INTRODUÇÃO

Na madrugada de 24 de fevereiro de 2026, a prefeitura municipal de Juiz de Fora⁴ decretava estado de calamidade pública, em decorrência das intensas chuvas registradas na região⁵, cujo volume pluviométrico atingiu patamares nunca visto antes⁶. O decreto, para além das dimensões jurídicas e políticas, tornou-se também simbólico, marcando de maneira significativa a história do município, bem como a memória individual e coletiva de seus moradores. As notícias amplamente veiculadas nos davam a dimensão da tragédia: inundações, deslizamentos em áreas de encosta, dezenas de mortes, soterrados, desalojados, desabrigados e o deslocamento populacional de bairros inteiros.

O drama vivido naquela madrugada se sucederia nas próximas semanas, não só pelos danos na infraestrutura da cidade (vias de acesso, moradias, equipamentos públicos, entre outros), mas nas perdas materiais, humanas, afetivas e simbólicas de muitas famílias. Ao mesmo tempo em que se exigiu uma resposta e intervenção

⁴ O município de Juiz de Fora está localizado na região da Zona da Mata Mineira, no Estado de Minas Gerais, com pouco mais de 540 mil habitantes, de acordo com o último Censo demográfico realizado pelo IBGE, em 2022. Para mais detalhes, ver em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>>. Acesso em: 14/04/2026.

⁵ Outros municípios, tais como Ubá-MG e Matias Barbosa-MG, também foram atingidos, com perdas e danos significativos na infraestrutura, além do registro de desalojados, desabrigados e mortes.

⁶ No levantamento realizado pelo Laboratório de Climatologia e Análise Ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora registrou, nesse dia, 138,8 mm de chuva. O acumulado no mês de fevereiro de 2026 alcançou 752,4 mm, superando a marca histórica da cidade no ano de 1985, quando choveu o acumulado de 715 mm, no mês de janeiro. Ver em: <<https://www2.ufjf.br/labcaa/2026/02/24/a-maior-chuva-da-historia-de-juiz-de-fora/>>. Acesso em: 26/06/2026.

imediate do poder público, também se veicularam o prenúncio dos riscos que a cidade corria. O levantamento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), no ano de 2024, indicou que 23,7% da população de Juiz de Fora – aproximadamente 130 mil habitantes – vive em áreas consideradas de risco (deslizamento, enchentes e enxurradas), ocupando o 9º lugar no cenário nacional.

Em parte, as características morfoclimáticas do município, encravado em uma região de relevo montanhoso e maior suscetibilidade à erosão ou movimento de massa (Brasil, 2016), são elementos a serem considerados, porém por si só insuficientes para explicar o desastre ocorrido. Desse modo, compreende-se o fevereiro de 2026 como uma tragédia socioambiental e urbana, resultado das mudanças climáticas e ambientais, bem como da organização do espaço urbano que expressa as desigualdades históricas de classe e raça, na realidade brasileira. Tragédia esta provocada pelo modo de produção capitalista em crise e decadente, cuja lógica de reprodução do capital, em que tudo vira mercadoria e objeto de especulação, tem aprofundado a crise civilizatória e o colapso ambiental.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é compreender, no contexto do município de Juiz de Fora – MG, quais os atravessamentos da crise no espaço escolar (em especial, as escolas públicas), os desafios para o processo educativo e a importância de disputar a memória individual e coletiva de múltiplos sujeitos, individuais e coletivos. Principalmente, para que eventos como este não sejam vistos de maneira isolada – ou mesmo silenciado, mas mobilizados e refletidos criticamente no sentido da transformação do espaço urbano e da sociedade de maneira geral.

Para tanto, intenta-se nesse artigo, como percurso teórico-metodológico, debater como Juiz de Fora está inserido e é produto histórico das dinâmicas de expansão urbano-capitalista, refletindo nas desigualdades socioespaciais. Ou seja, a tragédia que acometeu a cidade tem processo e relação histórica, assim como atingiu majoritariamente a parcela mais vulnerável da população, com características bem demarcadas de classe e raça. Porém, diante de tais desigualdades e contradições no espaço urbano, oportuniza-se o debate crítico da memória como

luta política e social da classe trabalhadora, para que tais eventos não caiam no esquecimento ou silenciamento. Por isso, busca-se refletir sobre os atravessamentos na educação e na escola, como espaço fundamental na produção do conhecimento e pensamento crítico orientado para a transformação da realidade social, política e econômica.

1.2. Crise do Capital, Crise Climática e a realidade de Juiz de Fora – MG.

Em suas formulações sobre as determinações do modo de produção capitalista, Marx e Engels (2008, p. 14), de maneira crítica e precisa, afirmam que “tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas”. Ou seja, à medida que o capitalismo se expandiu e mundializou, transformou, por conseguinte, as relações sociais e de produção, submetendo de maneira agressiva os mais variados lugares do globo aos seus interesses de acumulação, lucro e consumo. Um dos exemplos mais evidentes são as práticas coloniais e imperialistas que, com violência material e simbólica, desestruturam povos inteiros, colapsando estruturas políticas, culturais, sociais e econômicas.

Dessa forma, o aprofundamento desta lógica capitalista tem produzido os maiores horrores e dramas em diferentes tempos históricos: guerras e conflitos constantes, bombardeios, ditaduras, fascismo e nazismo, fome, desemprego e miséria de milhões de pessoas, além dos colapsos e desastres ambientais. Trata-se de um sistema em crise e esgotado, incapaz, por sua própria dinâmica, de dar respostas às demandas urgentes e necessárias de milhões de pessoas, por condições dignas e seguras de vida.

Desde a expansão industrial nos séculos XVIII e XIX, o propalado desenvolvimento capitalista e a modernidade têm nos levado à permanente crise civilizatória. Isto porque, como condição *sine qua non*, a acumulação do capital não se objetiva sem a exploração humana e a realização da mercadoria e do consumo. Para tanto, além da divisão da divisão entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, há um rasgo na própria relação entre a sociedade e a natureza, isto é, ao

invés da satisfação das reais necessidades humanas, a natureza torna-se objeto de apropriação privada e mercadoria para atender aos interesses do capital. Para Lowy (2013, p. 79), tanto a crise econômica, quanto a crise ecológica, são resultados do mesmo fenômeno, de “um sistema que transforma tudo em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação do lucro”.

Desse modo, a dinâmica de expansão capitalista de crescimento infinito “ameaça destruir os fundamentos naturais da vida humana no planeta” (Lowy, 2013, p. 80). Um desses processos, segundo o autor, são as mudanças climáticas, ocasionadas pelo lançamento de gases de efeito estufa por indústrias, agronegócio, sistemas de transporte e expansão urbano-industrial. O alerta de tais mudanças já são amplamente registrados em meio científico ou acadêmico⁷, bem como na elaboração de ações por parte de governos, a exemplo do Brasil⁸, e organismos internacionais, a exemplo das Nações Unidas (ONU), por meio de iniciativas como a Conferência das Partes (COP) – embora pouco efetiva na resolução da crise climática, principalmente pelo não cumprimento de acordos e consensos pelas principais potências econômicas.

Um dos espaços perceptíveis das mudanças climáticas são as cidades que, apesar das amplas variações em termos de características populacionais e de infraestrutura, bem como das especificidades políticas, econômicas e culturais, estão inseridas e são produto ou condição do modo de produção capitalista (Carlos, 1982). A expansão e consolidação urbano-industrial também produziu e seguiu as desigualdades sociais inerentes à dinâmica capitalista: o espaço urbano torna-se também mercadoria, seguindo o fundamento da propriedade privada, com interesses produtivos (da indústria, do comércio, do transporte etc.), especulativos (a exemplo do setor imobiliário), financeiros, entre outros. Ou seja, por seu caráter estrutural, a

⁷ Nesse artigo, tomou-se como referência as contribuições de estudos tais como o de Oliveira e Ferreira (2025), acerca das mudanças climáticas e chuvas no sudeste do Brasil.

⁸ Ver o documento sobre o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, elaborado no ano de 2016, com objetivo de orientar iniciativas para a gestão e diminuição do risco climático no longo prazo. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/biomas/arquivos-biomas/plano-nacional-de-adaptacao-a-mudanca-do-clima-pna-vol-i.pdf> Acesso em: 13/04/2026.

produção do espaço urbano no capitalismo não atende aos interesses populares ou coletivos, mas orienta-se para a reprodução permanente do capital.

Com isso, estabelece-se a divisão do trabalho, a exploração da classe trabalhadora e as desigualdades socioespaciais, indissociáveis às categorias de raça e gênero na realidade brasileira. De acordo com Carlos (2020, p. 415), a realização da propriedade privada e da cidade como mercadoria gera a desigualdade do processo de produção do espaço urbano, perceptível “de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana”. Ou seja, empurra-se para as áreas periféricas a parcela da população à margem do desenvolvimento, privando-as e excluindo-as do acesso à riqueza socialmente produzida e do uso do espaço urbano de maneira integral. Contudo, em um movimento desigual e combinado, o capital necessita justamente dessas massas populares, trabalhadores/as, para expansão da própria cidade.

Um dos exemplos mais evidentes do contraste socioespacial são as moradias ou as condições de habitação, em bairros que carecem de infraestrutura urbana (saneamento básico, coleta de lixo, vias de acesso, transporte etc.) e acesso aos bens públicos, nas dimensões materiais e imateriais (posto de saúde, escola, praças ou parques, acesso à cultura, lazer, etc.).

A questão habitacional, aliás, torna-se um drama na realidade brasileira. De acordo com a pesquisa da Fundação João Pinheiro, publicada no ano de 2025, o déficit de moradia no sudeste brasileiro, onde se insere Juiz de Fora, foi de aproximadamente 2,31 milhões, sendo 1,7 milhões com ônus excessivo, em que as famílias com até três salários mínimos despendem mais de 30% de sua renda com aluguel. Ou seja, trata-se de situações em que há carência no estoque de moradias ou de famílias que vivem em moradias sem condições de serem habitadas, pela sua precariedade ou desgaste de estrutura física. Seguindo os critérios de cor ou raça, o déficit atinge cerca de 58,5% da população que se autodeclara preta ou parda (Fundação João Pinheiro, 2025).

Com isso, as questões relacionadas à habitação e a infraestrutura das áreas periféricas entrelaça-se com a crise climática e ambiental. Frente às notórias mudanças climáticas, destacadas anteriormente, é justamente a massa de

trabalhadores/as, as pessoas que vivem em situação de pauperismo e sem acesso às condições mínimas de vida, as primeiras a serem atingidas por eventos extremos. O ônus da acumulação do capital e consequente destruição do meio ambiente recai primeiro sobre a classe mais empobrecida⁹.

Porém, nas cidades também se encontram as lutas, resistências e expressões da classe popular em ampliar o direito à cidade e os seus marcos civilizatórios. Direito este que se reflete nas lutas nos espaços de poder e decisão e na produção e uso da cidade, como direito humano coletivo, solidário, justo, tanto no acesso às dimensões materiais (espaços de lazer, cultura, educação, saúde, entre outros), quanto nas experiências e afirmações de identidades, isto é, a cidade como espaço de sociabilidades, pluralidades, diversidades e afirmações das múltiplas formas de ser, estar e viver. Para Miranda e Siman (2013, p. 17), a cidade é esta “multiplicidade cultural e geográfica”, viva e conflituosa, situada “nos limiares entre a dinâmica de expansão/crise da economia capitalista e as múltiplas formas de vida e trabalho engendradas por condições e práticas sociais não capitalistas”.

É neste contexto de contradições e desigualdades da dinâmica capitalista no espaço urbano que Juiz de Fora está inserido. Registrar e formular sobre a história do município escaparia dos objetivos desse texto. Porém, a pesquisa e a contribuição teórica de autores como Oliveira (2010) nos fornecem elementos fundamentais para compreender o desenvolvimento de Juiz de Fora. A cidade transita por períodos e atividades econômicas que se conectam à própria história político-econômica brasileira: uma região às bordas do caminho novo (que conectava o porto do Rio de Janeiro às regiões auríferas no interior de Minas Gerais), portanto inserida no ciclo do ouro como ponto de passagem e pousio; o período de ascensão cafeeira, já no século XIX, destacando-se como um polo econômico e urbano na região da Zona da Mata Mineira; e a consolidação industrial na virada do século XIX para o XX, em que o município complexifica-se na indústria, comércio, serviços e transporte (tal como a rodovia União-indústria), em que recebe

⁹ De acordo com o levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU), 80% das pessoas que vivem na pobreza estão diretamente expostas a riscos climáticos. Ver em: <https://news.un.org/pt/story/2025/10/1851274>. Acesso em: 16/04/2026.

a alcunha de ‘Manchester Mineira’ – em referência à cidade londrina, um dos berços da Revolução Industrial.

Em todos estes períodos, entre o Brasil colônia, império e república, sinaliza-se para uma questão fundamental advertida por Oliveira (2010): uma cidade construída por homens e mulheres escravizados, negros/as, livres e imigrantes, ou seja, a massa de trabalhadores/as despossuídos dos meios de produção. Por exemplo, para termos uma dimensão objetiva, Oliveira (2010, p. 54) sinaliza que, no último quartel do século XIX, a população escravizada era de aproximadamente 45%, porcentagem superior que a Zona da Mata (28,9%), Minas Gerais (18,1%), região sudeste (21,8%) e o Brasil (15,8%). Aliás, a presença da população negra em Juiz de Fora é expressiva: de acordo com o último Censo do IBGE¹⁰, no ano de 2022, aproximadamente 253 mil habitantes se autodeclaravam pretos ou pardos, quase 47% da população total (estimada em 540 mil habitantes).

Ainda em referência à Oliveira (2010, p. 133), destaca-se que o desenvolvimento urbano de Juiz de Fora, na passagem do século XIX para o XX, assumiu características de uma “típica cidade-fábrica capitalista” e de um projeto modernizante-conservador, baseando-se no controle das elites econômicas para com a classe trabalhadora. Esse aspecto é importante, especialmente, pela luta de classes e pelo viés do projeto e discurso hegemônico que se consolidou em Juiz de Fora. O desenvolvimento do ordenamento espacial e os projetos urbanísticos atuaram em concomitância às formas de dominação das classes populares, com uso da força e repressão policlesca, bem como o controle da imprensa¹¹. Entretanto, isso também abriu espaço para as formas de contestação e reivindicação, a partir das experiências de trabalhadores/as em torno das associações e sindicatos, como contraposição ao discurso hegemônico (Oliveira, 2010).

Nesse sentido, esse breve recorte histórico teve por intuito mostrar que, analisar a configuração atual de Juiz de Fora, é conectar passado-presente. A cidade que se moderniza e desenvolve, também guarda suas amplas desigualdades

¹⁰ Ver em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/pesquisa/10114/352409>. Acesso em: 24/04/2026

¹¹ Oliveira (2010) registra em sua pesquisa, por exemplo, o jornal *O Pharol* importante periódico entre os séculos XIX e XX, e a difusão de estereótipos e preconceitos contra trabalhadores/as, tratando-os como classes perigosas, ociosas ou até mesmo mais propensas a vícios e crimes.

sociais e econômicas, perceptíveis nas mais diversas regiões e bairros, em que as massas populares, homens e mulheres trabalhadores/as, vão constituindo o que chamamos de periferia da cidade. Porém, são nesses bairros periféricos que se guardam registros e memórias, individuais e coletivas, deste período histórico, marcado por sociabilidades, laços de parentesco, ancestralidades e culturas herdadas ou partilhadas por aqueles/as que construíram a cidade.

Por isso, quando ocorre o desastre de fevereiro de 2026, essas memórias não só vêm à tona, como também a denúncia ou prenúncio de que muitas famílias já estavam fazendo, tanto individualmente, quanto coletivamente (por meio de associações de moradores, por exemplo): a realidade de vulnerabilidade social e econômica, a carência de infraestrutura ou de condições adequadas de moradia. Um silenciamento que é reflexo histórico da forma com que a classe trabalhadora ainda é vista e/ou tratada na realidade brasileira. Em Juiz de Fora, os bairros com maiores índices de deslizamentos e/ou óbitos foram aqueles que carecem de infraestrutura e serviços públicos adequados, tais como: Parque Jardim Burnier (um dos pontos mais dramáticos da cidade, com 22 pessoas soterradas); Cerâmica, Esplanada, JK, Linhares, Lourdes, Paineiras, São Benedito, Santa Rita, Três Moinhos (com deslocamento populacional inteiro), Vila Alpina, Vila Ideal, Vila Olavo Costa, entre tantos outros. Assim, a desigualdade socioespacial urbana nos revela que a tragédia socioambiental também possui classe, cor e gênero.

Diante do exposto, quais os diálogos possíveis na educação e no espaço escolar? A mesma cidade que nos dá a dimensão dos diferentes contrastes socioeconômicos, que permite compreender como as alterações climáticas e ambientais (dentro de um sistema capitalista em crise e esgotado) tem atingido e gerado desafios políticos, sociais e econômicos significativos para as cidades, também se torna espaço de reflexão e produção do pensamento crítico, de resistências e alternativas orientadas para a transformação da realidade. Em um processo dialético, a cidade torna-se educativa e se abre para ser educada pelos sujeitos. É o que se pretende refletir a seguir, não como um portfólio ou receituário, mas de diálogos, possibilidades e potencialidades que acontecimentos tão

dramáticos, que impactam a vida de milhares de pessoas, podem trazer para o processo educativo.

2. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E ESPAÇO ESCOLAR

No fundo, a tarefa educativa das cidades se realiza também através do tratamento de sua memória e sua memória não apenas guarda, mas reproduz, estende, comunica-se às gerações que chegam. Seus museus, seus centros de cultura, de arte são a alma vida do ímpeto criador, dos sinais de aventura do espírito. Falam de épocas diferentes, de apogeu, de decadência, de crises, da força condicionante das condições materiais (Paulo Freire, s/p, 1992)

A citação acima faz parte das formulações de Paulo Freire expressas no texto “educação permanente e a cidade educativa”. Ao trazer a indissociabilidade com a cidade, nos faz refletir sobre como a memória afirma e silencia, são revisitadas, negociadas, selecionadas, portanto, também um ato e luta política. No espaço urbano, complexo e desigual, a produção e a reprodução das memórias são sempre conflitivas: mesmo os museus, os centros de cultura, os monumentos ou os diferentes equipamentos públicos (praças, parques, ruas, edifícios) – incluindo os espaços privados, envolvem disputas pelas narrativas pelo que se quer expressar ou dizer. Como afirma Freire (1992), falam de épocas diferentes, mas que articulam um passado e futuro que se fazem presentes.

Todavia, nas pistas de Miranda e Siman (2013, p. 25), a cidade não diz só sobre o que foi guardado, “mas também pelo que nela foi esquecido, o que, contudo, pressupõe uma capacidade de interrogação muito mais complexa do que aquela que nos é dada pelos ícones de lembrança”. E o esquecimento ou silenciamento não diz respeito apenas às transformações materiais da paisagem em que passam as cidades (um objeto ou uma construção), mas de populações e sujeitos que são silenciados, esquecidos ou empurrados para uma memória periférica, isto é, daquilo que não se pode afirmar ou revelar, porém se fazem presentes no cotidiano da cidade. Toda memória oficial também guarda a memória dos oprimidos.

É importante refletir que, diante de uma tragédia socioambiental, estes lugares e sujeitos passaram a ser lembrados, e ali conhecemos as suas memórias,

vivências, histórias de vida, bem como seus protestos e reivindicações. São grupos que também produzem suas sociabilidades, educabilidades e resistências. Ou seja, foi necessário o trauma e luto material e simbólico, bem demarcado do ponto de vista socioeconômico, para que suas vozes fossem reconhecidas ou legitimadas. Entretanto, por quanto tempo mais? O problema das práticas, discursos e projetos dominantes é manter o consenso e coerção dos dominados. A espetacularização ou a abordagem acrítica desses acontecimentos levam novamente aos processos de esquecimento e silenciamento.

Desse modo, no diálogo com a memória, se articula intrinsecamente a educação, em seu sentido ampliado, referindo-se aos processos e relações educativas ontológicas aos seres sociais, como afirma Brandão (1985, p. 13), a educação “se instala dentro de um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder”. Educação que, como nos ensina Freire (2020) se orienta tanto para a libertação e emancipação dos oprimidos, quanto para a opressão e manutenção de uma determinada visão de mundo, excludente e desigual. Nesse sentido, na contribuição de Miranda e Simon (2013), as ações dos diversos grupos ou classe social também são educadoras e envolvem decisões de ordem política. A cidade torna-se espaço de disputas por educabilidades, sociabilidades e narrativas:

Enquanto educadora, a cidade também é educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. A política dos gastos públicos, a política cultural e educacional, a política de saúde, a dos transportes, a do lazer (Freire, 1992, s/p.).

Assim, os diversos sujeitos estão constantemente se educando e educando a cidade, com intencionalidades políticas, sociais, econômicas e culturais. Contudo, como tais questões dialogam com a escola? Em um primeiro aspecto, deve-se considerar que a escola não está apartada do seu território, mas muitas das vezes entrelaça-se organicamente com um bairro ou comunidade, sendo um lugar que guarda identidades, lutas e sociabilidades. Em Juiz de Fora, isto ficou ainda mais

evidente quando ocorreram às chuvas de fevereiro de 2026, em que algumas escolas (em destaque, as públicas) tornaram-se abrigos e pontos de apoio para as famílias atingidas, como um lugar possível e seguro naquele momento. Porém, em outros contextos e tempos, as escolas são espaços de uso comunitário, como por exemplo de reuniões de associações de moradores, de mobilização ou demanda reivindicatória para melhorias no território, ou mesmo encontros e eventos festivos e culturais.

Isto já coloca um primeiro aspecto fundamental: a educação se realiza dentro e fora da escola, de maneira que mobilizar as experiências dos sujeitos construídas em seus territórios também é prática permanente de se manter viva a memória e o pertencimento coletivo destes grupos. Para Miranda e Simon (2013), essas experiências que se processam de fora trazem “sentidos que derivam de processos sociais de produção e de compartilhamentos de memórias e sentidos próprios do urbano”, potencializando “processos identitários, a constituição do sentido de lugar e, com ele, de pertencimentos” (Miranda e Simon, 2013, p. 21). Por exemplo, em Juiz de Fora, um dos casos de destaque é o bairro Três Moinhos, localizado na Zona Leste da cidade, com alto grau de comprometimento após os deslizamentos de terra. As perdas materiais e simbólicas, inclusive da escola municipal que é referência para o bairro¹², tem mobilizado seus moradores em manifestações e protestos¹³, legítimos pela carência ou dificuldade de respostas quanto a auxílios e soluções por parte do poder público. São laços de pertencimento com o lugar que se ativam e coloca como desafio para o coletivo de moradores os processos de reconstrução do bairro e da própria escola.

Por isso, uma das reflexões fundamentais, sobretudo para as escolas e comunidades atingidas pela tragédia, é promover uma educação socialmente referenciada e mobilizada com o seu território, que faça dos problemas vivenciados potencialidades educativas, formativas e transformadoras da realidade. Aliás,

¹² Trata-se da Escola Municipal Antônio Faustino da Silva, criada em 1992, em homenagem a um dos moradores do bairro. Desde as chuvas, a escola não voltou a funcionar no mesmo lugar, estando em lugar provisório.

¹³ A situação do bairro tem sido relatada na imprensa por diversos meios, digitais e impressos.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mg1-zona-da-mata/video/moradores-denunciam-abandono-apos-deslizamentos-no-tres-moinhos-em-juiz-de-fora-14472770.ghtml>. Acesso em: 27/04/2026.

justamente por não estar apartado da realidade, o espaço escolar se convida constantemente a ser repensado em suas práticas, espaços, tempos, currículos e aprendizagens. Para as crianças, adolescentes e adultos, quantas novas experiências urbanas surgiram a partir do desastre socioambiental? Quantas narrativas, memórias, não se construíram ou cruzaram a partir do drama e luto vivido ou partilhado? O quanto essas novas experiências se conectam às já percebidas e sentidas cotidianamente, tais como os processos de exclusão, desigualdade, preconceito, racismo, entre outras? Por outro lado, o quanto tais experiências urbanas podem ter produzido e reforçado os laços de solidariedade, respeito, empatia, inquietações e ações pelo pleno direito à cidade, à pluralidade e à cidadania?

Ou seja, os sujeitos também interpelam a escola e as suas práticas educativas, para que esta se faça coerente, sensível, reconhecendo as múltiplas experiências e saberes. Trata-se, portanto, de um desafio concreto inerente à toda comunidade escolar, que envolve disputas políticas, educativas e filosóficas, isto é, concepções de mundo e de educação. Nesse sentido, assumindo nossas posições teórico-política e filosófica, dialogamos com Freire (2020) sobre as possibilidades de se construir a pedagogia do oprimido. Frente ao drama histórico – de tantos processos de opressão e desumanização, Freire (2020) nos convida a refletir sobre a práxis libertadora, que não se realiza *para* os sujeitos, mas *com* eles. Movimento que nasce do diálogo, da tomada de consciência em mediação com a realidade concreta. Para Freire (2020, p. 121), trata-se de uma práxis que se realiza com os sujeitos através de suas “contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação”.

Nesse sentido, mais do que respostas prontas, por vezes engessadas, a escola torna-se um lugar possível de formulação de perguntas e construção de conhecimentos coletivos. Como exemplo, frente às dinâmicas e desigualdades socioespaciais e socioambientais, será mesmo possível creditar como algo fatalista e atípico, desconectado de processos e relações históricas, que articulam as dimensões sociais, políticas, econômicas e de poder? Ou abre-se para refletirmos

sobre a formação do espaço urbano, a disputa entre a classe trabalhadora e a classe burguesa, os processos de exclusão, em temas fundamentais e candentes, tais como as mudanças climáticas, a educação ambiental, o racismo ambiental e mesmo sobre direito à cidade, planejamento urbano, assim como debates sobre cidadania e democracia no contexto brasileiro? Ou mesmo registrar, escutar e dar voz às memórias, narrativas e identidades periféricas, construídas por aqueles/as que vivem diretamente as desigualdades e as opressões, contextualizando-as historicamente?

Com isso, potencializa-se não só a conexão e mediação crítica entre passado-presente, mas projeta alternativas de construção futura da cidade, não pelo viés hegemônico e pautado nos interesses de uma sociedade capitalista, mas como espaço de dignidade, humanização, cidadania plena, de afirmação das múltiplas formas de ser, estar, que reúne um conjunto diverso de experiências, identidades e diversidades de seus sujeitos. Além disso, que se torne também um lugar seguro para se viver, em seu conceito mais ampliado, de maneira que possamos dar respostas concretas e efetivas para os problemas que se colocam no presente.

A partir da sistematização e mobilização destes temas, oportuniza-se visões críticas da cidade, a consciência histórica que se orienta na práxis transformadora e emancipadora. Possibilita interpelar a realidade concreta, a entender a cidade como marcas intencionais, tanto materiais, quanto imateriais ou simbólicas, que articulam as relações sociais e de poder em diferentes passados e no presente. Dessa forma, considera-se que “a cidade se constitui como espaço aberto à problematização do presente, à contestação da vida, à reflexão, acerca da pluralidade das experiências humanas e marcas temporais que nos são dadas no presente” (Miranda e Blanch, 2013, p. 67).

Isso convida, mais uma vez, o espaço escolar a repensar e a referenciar no tempo presente seus projetos pedagógicos, suas concepções político-filosóficas, inclusive de qual concepção de educação se pretende educar os sujeitos (crianças, jovens e adultos). Convida professores/as a refletirem sobre a sua própria prática educativa, a estabelecer a profícua relação entre educador-educando, mediando e dialogando com as experiências e identidades que são construídas, individual e

coletivamente, nos territórios que estão inseridos. Permite entender que, enquanto sujeitos ativos, também estamos construindo a cidade de diferentes maneiras, como práticas imbuídas de aspectos sociais, político-econômicos, culturais e de memória.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos de fevereiro de 2026 marcaram de maneira profunda e significativa a vida de milhares de famílias em Juiz de Fora, trazendo dramas, traumas e perdas irreparáveis, nos aspectos materiais e simbólicos, mas que se conectam a outros eventos traumáticos, de caráter socioambiental, na história recente do Brasil – como por exemplo as chuvas que atingiram o Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2023, e o rompimento das barragens de rejeitos da mineração nos municípios de Mariana e Brumadinho, respectivamente, nos anos de 2015 e 2019, em Minas Gerais.

Entretanto, a reflexão proposta nesse artigo se orientou na importância de não só manter viva esta memória individual e coletiva, bem demarcada do ponto de vista socioeconômico, mas de articular a pelo menos dois aspectos centrais: primeiro, não tratar a tragédia como algo fatalista ou atípico, mas articulado às mudanças climáticas e ambientais engendradas pelo modo de produção capitalista e de suas características estruturais de produção, de maneira que o colapso socioambiental tem atingido as parcelas mais vulneráveis da sociedade. Por isso, buscou-se, ainda que de maneira sucinta (porém, fundamental), localizar historicamente a cidade de Juiz de Fora como resultado da produção capitalista, possuindo suas desigualdades socioespaciais e econômicas. No segundo aspecto, as relações sociais e de poder presente no espaço urbano, que configuram também na disputa pela memória, para o que ocorreu não seja esquecido ou silenciado, mas mobilizado como afirmação identitária de grupos historicamente oprimidos, especialmente em suas lutas, protestos e reivindicações pelo direito pleno à cidade – o que possibilita outras experiências e construções do próprio espaço urbano.

Nesse sentido, a partir dessas formulações, buscou-se compreender como tais questões tocam a escola, reconhecendo-a como espaço fundamental de produção de conhecimentos, pensamento crítico e que não está apartada dos

processos e relações sociais. Sendo assim, refletiu-se sobre como a cidade é educadora e educanda, isto é, como espaço desigual e contraditório, ao mesmo tempo de múltiplas identidades e diversidades, os sujeitos a vivem e a transformam a todo instante. Assim, reconhecendo a educação em seu sentido ampliado, mobilizar as experiências cotidianas dos sujeitos, provocar a inquietude, a consciência histórica, o olhar crítico e contextualizado possibilita transformar a realidade, construir outras novas experiências e vivências de cidade como possibilidade histórico-concreta.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de adaptação à Mudança do Clima**. v. 1. Ministério do Meio Ambiente: Brasília, 2016.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARLOS, A. F. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CALORS, A. F. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, A. F. A segregação socioespacial e o “direito à cidade”. **Revista Geousp – Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, dez. 2020, p. 412-424.

FREIRE, P. **Educação permanente e a cidade educativa**. 1992. Memorial virtual Paulo Freire. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/5af2574b-dfe3-40b6-828c-84903bc75262/full>. Acesso em: 24/04/2026.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 74ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2023**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2025.

LOWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador-BA, v. 26, n°. 67, jan./abr. 2013, p. 79-86.

MARX e ENGELS. **Manifesto do partido comunista**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIRANDA, S. R. SIMAN, L. M. C. A cidade como espaço limiar: sobre a experiência urbana e sua condição educativa, em caminhos de investigação. In: **Cidade**,

memória e educação. MIRANDA, S. R. SIMAN, L. M. C. (orgs.). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. p. 13-40.

MIRANDA, S. R. BLANCH, J. P. Cidade, Memória e Educação: conceitos para provocar sentidos no vivido. In: **Cidade, memória e educação.** MIRANDA, S. R. SIMAN, L. M. C. (orgs.). Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. p. 59-92.

OLIVEIRA, T. A. FERREIRA, C. C. M. Mudanças climáticas e chuvas no sudeste do Brasil: tendências e eventos extremos. **Revista de Geografia**, Recife-PE, v. 42, nº2, 2025, p. 87-111.

OLIVEIRA, L. E. **Os trabalhadores e a cidade:** a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Juiz de Fora (MG) / Rio de Janeiro (RJ): Funalfa, Editora FGV, 2010.